

28 JAN 2016

# FOLHA DE LONDRINA TJ prevê gastar R\$ 10 mi com a contratação de garçons

Segundo Diário Eletrônico do Judiciário do Paraná,  
empresa fornecerá 104 profissionais para servir  
lanches aos magistrados de Curitiba e região

## SEM CRISE

TJ-PR vai gastar até R\$ 10 milhões em três anos para que garçons sirvam lanches para os magistrados de Curitiba e região metropolitana entre as 12 e as 18 horas



*Sede do TJ em Curitiba: sindicato dos servidores do Judiciário afirma que medida é inoportuna e aponta más condições de trabalho da categoria no Estado*

Edson Ferreira

Reportagem Local

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná prevê gastar até R\$ 10 milhões em três anos para bancar garçons que vão servir lanches aos magistrados de Curitiba e região metropolitana, no horário de expediente, que vai das 12 às 18 horas. Conforme publicação no Diário Eletrônico do TJ no último dia 21 de janeiro, a empresa HIGI Serv Limpeza e Conservação deverá garantir “além de mão de obra, o fornecimento de uniformes, acessórios e equipamentos de proteção individual” para 104 garçons e garçonetes.

As vagas, diz o documento, foram abertas a partir de remanejamentos de postos de trabalho, “sem repercussão de ordem econômico-financeira para o contrato”. O valor a ser gasto pelo TJ foi revelado em reportagem da RIC TV. Para o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (Sindijus), o gasto com garçons exclusivos para atender juizes da capital, “não é apenas inoportuna no momento de crise em que vive o país, mas também uma absoluta falta de respeito com todos os servidores”.

O coordenador geral do sindicato, José Roberto Pereira, disse à FOLHA que a categoria vem tentando melhorar as condições de trabalho nas comarcas do interior do Estado, onde prédios precisam de reformas e são necessários mais funcionários para atender a população, mas a alegação do comando do TJ é a falta de recursos. “O número de denúncias sobre más condições de trabalho vem aumentando consideravelmente. As situações precárias, insalubres e inseguras sofridas por muitos servidores são preocupantes”, pontuou Pereira.

**CONTINUA**

28 JAN 2016

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

Embora o contrato entre o TJ e a HIGI Serv seja de 2014, não é possível localizá-lo no Portal da Transparência, com os valores pela prestação dos serviços. Segundo o sindicalista, “a falta de transparência é total”. O Sindijus divulgou ontem uma nota de repúdio contra o presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos, afirmando que “a atual administração do Tribunal adota uma postura arrogante e desdenhosa com a categoria dos servidores do Judiciário”.

A reportagem manteve contatos ontem com a assessoria de imprensa do TJ, enviou questionamentos por e-mail, mas até o fechamento desta edição não houve resposta.

### MORDOMIAS

As benesses do Judiciário não estão restritas ao Paraná. O Supremo Tribunal Federal (STF) discute a nova Lei Orgânica da Magistratura (Loman), que prevê benefícios aos juízes, como auxílio-transporte, adicional de deslocamento, auxílio-creche e auxílio-educação. A reportagem procurou o STF no ano passado sobre o tema, mas por meio da assessoria de imprensa, a Corte afirmou que ainda não há nada definido e que a discussão do anteprojeto de lei será em blocos de artigos, em sessões administrativas. A Loman tem que passar pelo Congresso Nacional.

28 JAN 2016

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### Abalos no Fórum

Após sofrer com os sismos, o Fórum Criminal de Londrina voltará a enfrentar um período de instabilidades e agitação, no começo do mês que vem. Vem aí a sequência de 19 dias de audiências sobre o caso envolvendo os auditores fiscais, com mais de 100 réus da Operação Publicano. Quem irá sucumbir?

### INFORME

#### TRF mantém Argôlo na prisão

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve ontem a prisão preventiva do ex-deputado federal João Luiz Correia Argôlo dos Santos (afastado do SD-BA). Os desembargadores julgaram o mérito do habeas corpus do ex-parlamentar. O recurso já havia sido negado liminarmente em 26 de novembro do ano passado pelo desembargador federal João Pedro Gebran Neto, responsável por julgar os processos da Operação Lava Jato em segunda instância. A defesa de Argôlo impetrou o habeas corpus após o político ser condenado pela 13ª Vara Federal de Curitiba, em novembro de 2015. Com pena de 11 anos e 11 meses de reclusão, Argôlo foi mantido preso preventivamente pelo juiz federal Sérgio Moro.

### MAZZA

#### O Gaeco nos ônibus

Pela manhã de ontem se soube da operação do Gaeco na empresa de ônibus Marechal dando apoio ao braço congênere do Ministério Público de Brasília: lá se procede rigorosa investigação em torno de possível direcionamento da licitação dos transportes públicos que a Justiça acaba de anular. A diligência ministerial e policial foi sobre a empresa e a residência e escritório de Garrone Reck que figura também no estafe de empresas brasilienses. Apesar de suspeita arguida sobre a licitação aqui havida, não se moveu nada nesse sentido quando ficou constatado que o oligopólio aqui instalado não perde, sequer em remotíssima hipótese, uma concorrência pelo fato elementar de existir algo com o sentido de vitaliciedade nessas questões: como viria uma empresa de fora habilitar-se se aqui não tem frota, nem garagem e muito menos central de compras?

Sempre quando se fala em concorrência de linhas de transporte sejam locais, nacionais, regionais e até internacionais já se sabe o resultado: as que já estão aí permanecem. Algumas das nossas empresas têm linhas em vários estados e até internacionais.

28 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

# Juiz nega suspender ação sobre MPs

**Advogados de réus da Zelotes pediram remessa dos autos ao STF porque lobista acusou três senadores de receber propina**

Agência Estado

Brasília - O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara da Justiça Federal em Brasília, negou ontem pedido das defesas dos réus da Operação Zelotes para suspender a ação penal que apura a suposta "compra" de medidas provisórias no governo federal. O magistrado também barrou a remessa dos autos para o Supremo Tribunal Federal (STF) em razão de citações a dois senadores nas investigações.

Conforme informação divulgada ontem pela "Folha de S. Paulo", o servidor da Receita João Gruginski relatou à Polícia Federal um encontro no qual o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS, teria acusado o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o ex-senador Gim Argello (PTB-DF) de cobrar R\$ 45 milhões em propinas para viabilizar uma emenda parlamentar. Em outro trecho de suas declarações, Gruginski teria dito que a MP 471, de 2009, teria custado R\$ 6 milhões em doações de campanha.

As declarações, segundo o jornal, foram dadas em inquérito que corre em paralelo à ação penal, que avalia as condutas de 15 réus. Por te-

rem prerrogativa de foro, senadores só podem ser investigados perante o STF. Por isso, no entendimento das defesas, caberia a remessa dos autos, de imediato, para que ministros da Corte avaliem se o processo passa a correr naquela instância.

"Trago a Vossa Excelência fato absolutamente relevante, a ser comprovado pelas diligências que requer, de que o Ministério Público Federal omitiu fatos do juízo que induzem Vossa Excelência a usurpar, sem que tenha conhecimento, a competência do STF", afirmou o advogado do réu Francisco Mirto, Luiz Rassi.

O advogado Marcelo Leal, que atua na defesa de APS, pediu que a ação seja suspensa e o inquérito no qual os depoimentos teriam sido prestados, que corre paralelamente, seja trancado. Ele argumentou que fatos conexos à ação na Justiça estão sendo apurados na investigação, sem que os réus tenham o direito de exercer o contraditório. O defensor requereu ainda, como consequência dessas medidas, a libertação dos presos.

Na sessão, os advogados se queixaram de que não tiveram acesso ao inquérito. O procurador da República Frederico Paiva rebateu, justificando que

as peças da investigação estão disponíveis e que as afirmações são mentirosas.

O juiz argumentou que o inquérito não tem prevalência sobre a ação penal em curso e, portanto, não cabe a suspensão. Ele afirmou que informações sem comprovação nos autos não podem ensejar a paralisação do processo, que está na fase de instrução, com a coleta dos depoimentos das testemunhas de defesa. Segundo ele, a questão da competência da primeira instância já está vencida.

28 JAN 2016

● PODERES **GAZETA DO POVO**

# TJ diz que teve de negociar para pagar salário

Governo reteve verba do tribunal neste mês e durante todo ano de 2015. Fato se agravou em dezembro, após a Corte regular o uso de depósitos judiciais

Rosana Felix

● Pelo segundo mês consecutivo, o presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos, teve que negociar com o governo estadual para o órgão receber a parcela do orçamento a que tem direito e com isso fazer o pagamento da folha salarial, que estará disponível nesta quinta-feira (28). Por trás do imbróglio está uma briga política sobre a destinação dos depósitos judiciais — valores discutidos nas ações e que ficam depositados em juízo até a conclusão do processo. O governo pretendia ter acesso a R\$ 640 milhões desse valor ainda em dezembro, mas o repasse não foi autorizado pelo TJ.

Em ofensiva, o governo do Paraná recorreu à Justiça Federal, para obrigar a Caixa Econômica Federal, gestora dos depósitos, a fazer o repasse. A juíza Sandra Regina Soares negou o pedido de liminar ainda em 17 de dezembro, dizendo que a urgência não se justificava, já que o montante a ser repassado precisa ser reajustado pela taxa Selic, e por isso o estado não seria prejudicado financeiramente mesmo em caso de atraso. O governo recorreu ao Tribunal Regional Federal (TRF).

Em entrevista à *Gazeta do Povo*, o presidente do TJ afirmou que, desde o começo de 2015, o estado deixou de fazer os repasses na íntegra. “O valor de direito gira em torno de R\$ 162 milhões. Em alguns meses recebemos R\$ 130 milhões, ou R\$ 150 milhões. Noventa por cento disso é usado para pagar a folha de pagamento, o resto são despesas de custeio, que tentamos economizar”, declarou. A situação se agravou em dezembro, quando o governo repassou apenas R\$ 40 milhões, dos R\$ 140 milhões esperados.

Essa retenção ocorreu dias após a publicação do Decreto Judiciário n.º 1.320/2015, em 10 de dezembro, com a qual o TJ regulamentou o acesso aos depósitos judiciais, para que sejam usados somente no pagamento de precatórios. A Lei Federal n.º 151/2015, em vigor desde agosto, permitiu que os entes federados saquem até 70% do valor dos depósitos. É preciso que o ente seja parte no processo, mas há regras para usar o dinheiro: exclusivamente para pagamento de precatórios; quando não houver precatórios em atraso, pode ser usado para quitar a dívida pública fundada; quando essas duas situações estiverem normalizadas, pode ser usado para despesas de capital, ou ainda para recomposição de fundos previdenciários.

O presidente do TJ afirmou que, se o governo estadual se comprometer a usar a verba dos depósitos exclusivamente para pagamento de precatórios, o dinheiro será liberado. “Mediante o controle

do TJ. Se a Caixa pega os milhões que tem em depósito e simplesmente passa ao Executivo, se não tiver um controle da Central de Precatórios do TJ, o estado poderá fazer o que quiser com o dinheiro, e assim a lei federal jamais será cumprida”, afirmou.

**CONTINUA**

28 JAN 2016

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## GOVERNO

### "O TJ criou todos os obstáculos possíveis"

Em entrevista à **Gazeta do Povo** na semana passada, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, declarou que o Tribunal de Justiça criou "todos os obstáculos possíveis" que impediram o governo do Paraná ter acesso aos depósitos judiciais. "Não recebemos. Entramos com uma ação na Justiça Federal contra a Caixa, que não tem que ouvir o TJ, mas a lei federal, que estabelece que tem que repassar ao estado", afirmou.

Sobre os repasses ao TJ, ele não quis comentar. Na quarta-feira (27), a Secretaria da Fazenda, novamente questionada sobre a falta de repasses integrais, informou que os valores destinados ao tribunal e aos fundos administrados pelo órgão dobrou entre 2010 e 2015.

Passaram de R\$ 845,4 milhões para R\$ 1,7 bilhão. Sobre os precatórios, a secretaria noticiou que entre 2011 e 2015 destinou R\$ 2,35 bilhões para essa finalidade, contra apenas R\$ 762 milhões nos cinco anos anteriores. **(Colaborou Rogério Galindo).**

## RETENÇÃO

O Sindijus, que representa servidores da Justiça, enviou em 2015 um pedido de providências ao TC e ao MP junto ao TC para analisar o caso. Ainda não houve resposta.

## SUPREMO

Paulo Roberto Vasconcelos afirmou que se a retenção do duodécimo se manter poderá recorrer ao STF.

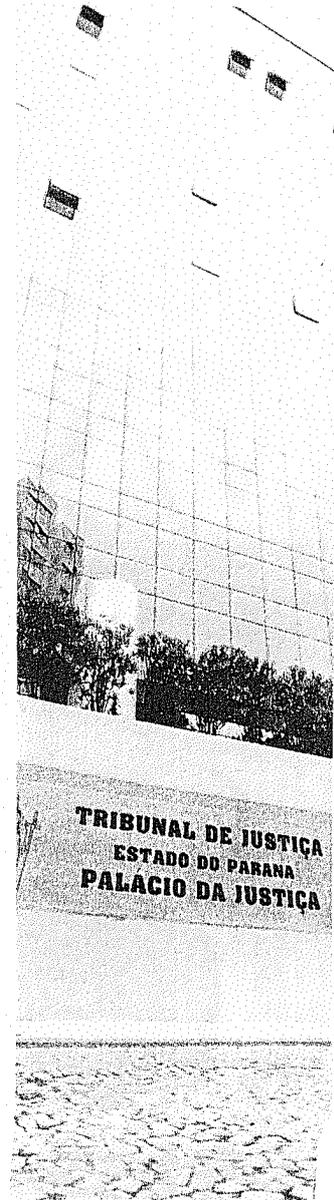
## PREFEITURA

Curitiba sacou cerca de R\$ 100 milhões referentes a depósitos judiciais de ações em que faz parte. Segundo o TJ, a prefeitura não tem precatórios em atraso, e por isso conseguiu usar o valor.

## 2020

Segundo o TJ, a dívida de precatórios, se reajustada, chega a R\$ 10 bilhões. O valor precisa ser quitado até 2020. "Sei que estou enfrentando uma dificuldade com o Executivo porque interpretam de uma forma e nós de outra. Mas o tribunal está preocupado com os credores, a população."

Antônio More / Gazeta do Povo



Fachada do TJ: negociação por repasses do governo.

28 JAN 2016

## GAZETA DO POVO

### JUDICIÁRIO

#### **TJ-PR gasta R\$2,8 mi por ano com garçons**

● O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) gasta mais de R\$ 2,8 milhões por ano para manter os 104 garçons e garçonetes que atendem os magistrados e dirigentes das unidades do Judiciário em Curitiba. Os números aparecem no Diário Oficial de 21 de janeiro de 2016, data em que o presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos, autoriza o remanejamento de alguns funcionários para novas sedes ou por necessidade de serviços. O contrato dos 104 garçons foi efetivado em 2014 e tem um custo de R\$ 235.743,12 mensais ao TJ. Segundo o Diário, o TJ também autorizou a contratação de uma empresa para fornecer lanches e refeições ao custo de até R\$ 43 mil por mês.

Vasconcelos explica que a contratação dos garçons ocorreu ainda em 2014, após licitação autorizada pelo antecessor. Agora, em janeiro, houve prorrogação por mais um ano, como previa o contrato inicial. Segundo ele, a prorrogação era necessária. Sobre o contrato de alimentação, Vasconcelos diz que, após analisá-lo, decidiu determinar teto máximo de gasto de R\$ 20 mil mensais.

28 JAN 2016

# GAZETA DO POVO

● HOMICÍDIO QUALIFICADO

## Gaeco oferece denúncia contra Recalcatti e equipe

| *Diego Ribeiro*

● O delegado Rubens Recalcatti, sete investigadores da sua equipe e Mauro Sidnei do Rosário foram denunciados pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e pela promotoria de Rio Branco do Sul pelos crimes de homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, crueldade e sem chance de defesa da vítima), abuso de autoridade e fraude processual. A denúncia foi protocolada na terça-feira (27) e conclui a investigação sobre a morte de Ricardo Geffer, ocorrida no dia 28 abril do ano passado, em Rio Branco do Sul, na região metropolitana de Curitiba.

Todos os acusados, segundo a denúncia, tiveram participação direta no crime.

De acordo com o Ministério Público (MP), os policiais executaram Geffer em razão de o acusarem, sem provas até o momento, de assassinar o ex-prefeito de Rio Branco do Sul, João Dirceu Nazzari, o "João da Brasca" algumas semanas antes. Mauro, que não é policial, também suspeitava que Geffer teria atirado contra ele e sua esposa, um mês antes da suposta execução.

No dia do crime, segundo a denúncia do MP, Recalcatti, Mauro e os sete investigadores foram até a propriedade rural, em Rio Branco do Sul, com "inequívoca intenção de matar". Eles teriam efetuado tiros assim que chegaram. A vítima teria tentado fugir, mas desistido ao saber que se tratava de policiais. Segundo o MP, os policiais teriam, em seguida, deslocado Geffer para um local menos à vista. De acordo com a denúncia, a vítima foi mais uma vez alvejada pelos policiais. Enquanto agonizava, foi colocada em um veículo onde teria havido um tiro final.

### O QUE DIZEM OS ACUSADOS

O advogado que defende o delegado Recalcatti e os sete investigadores, Cláudio Dalledone Júnior, disse que os fatos narrados na denúncia nunca existiram. Segundo ele, os policiais agiram no estrito cumprimento do dever legal e em legítima defesa. O advogado ainda acusou o Gaeco de carregar hostilidade no texto da denúncia. O advogado de Mauro Sidnei do Rosário, Dival Carvalho Gomes, disse que se manifestará quando tiver acesso integral à denúncia.

# GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

28 JAN 2016

## Um assombroso pendrive

**O**s primeiros dias de fevereiro serão cruciais para o futuro da Operação Quadro Negro: estará em julgamento pela 2.<sup>a</sup> Câmara Criminal do Tribunal de Justiça o pedido de habeas corpus impetrado em favor do dono da construtora Valor, Eduardo Lopes de Souza, em prisão preventiva desde dezembro passado e, segundo se informa, detentor de um bem guardado e incriminador pendrive.

A eventual soltura de Eduardo Lopes depende de um trio de magistrados e será decidida a partir do voto que o relator sorteado, desembargador José Maurício de Almeida, proferir. Impossível prever o resultado, mas não será surpresa se o habeas corpus for indeferido — assim como têm sido indeferidos mais de 90% dos HCs impetrados por acusados presos no âmbito da Operação Lava Jato.

Tem sido regra dos tribunais superiores (TRF4, STJ e STF) manter presos todos os que tiveram preventivas decretadas pelo juiz Sergio Moro — especialmente nos casos em que, soltos, os suspeitos detenham potenciais meios de atrapalhar as investigações, como, por exemplo, o de pressionar testemunhas ou destruir documentos.

Seria o caso de Eduardo Lopes de Souza em relação ao caso em que é protagonista, a Operação Quadro Negro, que investiga desvio de dinheiro público que era destinado à construção e reforma de escolas pelo governo do Paraná. Antes de ser preso, Lopes, segundo apurou o Gaeco, teria ofertado dinheiro para que seus “larranjas” se mantivessem calados. Isto é, já faz parte do seu currículo uma tentativa de atrapalhar as investigações.

Advogados e políticos tentam influenciar para que o habeas corpus seja concedido. Estão todos assombrados com a possibilidade de que Lopes, premido pelo constrangimento da prisão, lance mão do instituto da delação premiada. Teria munição suficiente para implodir biografias e colocar no banco dos réus alguns políticos suspeitos de receber propinas. A munição estaria contida no suposto pendrive que alega possuir, no qual haveria gravações dos momentos em que ele fazia repasse de dinheiro vivo.

28 JAN 2016

# GAZETA DO POVO

## Empresade ônibus de Curitiba e advogado são alvo de ação do Gaeco

Carolina Pompeo e  
Raphael Marchiori

• O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) cumpriu, na quarta-feira (27), mandados de busca e apreensão na empresa de ônibus Marechal, que compõe um dos consórcios de transporte de Curitiba, e no escritório e na casa do advogado Sacha Reck, que representa o sindicato das empresas (Setransp). Os mandados fazem parte de uma operação desencadeada pelo Ministério Público do Distrito (MP-DF) e pela Polícia Civil do Distrito Federal para apurar fraudes na licitação do transporte público de Brasília.

Foram cumpridos sete mandados no Distrito Federal, em Goiás e em Curitiba. O MP-DF informou que um dos mandados foi cumprido na casa de José Walter Vasques, ex-secretário do Transporte de Brasília. O Ministério Público do Paraná (MP-PR) não se manifestou sobre o caso.

A Marechal foi uma das vencedoras da licitação do transporte do Distrito Federal. Administrada pela família Gulin, essa empresa também atua em Curitiba no Consórcio Pontual. O escritório e a

casa do advogado Sacha Reck também foram alvos de buscas porque ele prestou consultoria na elaboração do edital de concorrência do transporte coletivo distrital.

Segundo o *Correio Braziliense*, na segunda (25), o juiz Lizandro Garcia Gomes Filho, da 1.ª Vara da Fazenda Pública do DF, anulou a licitação do transporte devido a irregularidades no processo, que teria beneficiado “certo conglomerado empresarial” com “grande fatia do transporte público distrital”. Ainda cabe recurso.

A decisão foi motivada por uma ação popular movida contra o governo do Distrito Federal e as empresas Marechal, a Expresso São José, HP-Ita Transportes, Pioneira e Piracicabana. A ação aponta que haveria vínculo entre duas empresas de lotes distintos, algo proibido pelo edital, e que o advogado Sacha Reck não poderia ter participado de elaboração do edital porque ele já havia atuado em favor da Marechal. Os investigados negam as irregularidades.

## OUTROLADO

Em nota, a autoviação Marechal confirmou a visita do Gaeco a sua sede, ressaltou que todas as empresas que participaram daquela licitação estão sendo investigadas e que está colaborando com todas as informações a fim de prestar os esclarecimentos necessários. Disse também que a ação do Gaeco nada tem a ver com a operação do transporte em Curitiba. Já o advogado Sacha Reck refutou qualquer irregularidade na sua atuação na elaboração do edital do transporte distrital; e acrescentou: “O caso de Brasília não tem nada a ver com Curitiba. O edital de lá é correto, com regras claras, e não teve nenhum ponto questionado. Lá, o que se questiona é a minha participação e não as cláusulas. O edital de Curitiba é muito ruim e, por isso, está tendo todo esse problema por aqui”.

28 JAN 2016

## GAZETA DO POVO

### **TRF derruba liminar que suspendia licença da usina de Belo Monte**

● O Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1) derrubou nesta quarta-feira (27) a liminar que suspendia a licença de operação da hidrelétrica de Belo Monte, em construção no rio Xingu, no Pará. A decisão atendeu pedido apresentado pela Advocacia-Geral da União, que fez a defesa do empreendimento. No último dia 14, a Justiça Federal de Altamira (PA) tinha determinado a suspensão da licença dada pelo Ibama e que libera o início das operações da usina. A Justiça exigia que a concessionária Norte Energia, dona de Belo Monte, cumprisse a obrigação de reestruturar a Funai na região para atender os índios impactados pelo projeto.

28 JAN 2016

# GAZETA DO POVO

• CORRUPÇÃO NA PETROBRAS

## Lula vira alvo “provável” da Lava Jato

Oficialmente, o ex-presidente não é investigado. Mas a 22.<sup>a</sup> fase da operação apura a suspeita de pagamento de propina por meio de imóvel que seria dele

| *Kelli Kadanus, com agências*

● A 22.<sup>a</sup> fase da Operação Lava Jato, batizada de Triplo X e deflagrada na quarta-feira (27), pela primeira vez coloca o ex-presidente Lula como um provável alvo da investigação. A nova etapa da Lava Jato apura a suspeita de que apartamentos do **Condomínio Solaris (foto abaixo)**, no Guarujá (Litoral de São Paulo), teriam sido usados para lavar dinheiro de corrupção e para a empreiteira OAS pagar propina a políticos do PT por contratos com a Petrobras. A Polícia Federal (PF) avalia que os imóveis do Solaris têm “alto grau de suspeita quanto à sua real titularidade”. Lula chegou a pagar cotas de um triplex no condomínio, embora oficialmente não seja dono do imóvel.

O Solaris foi uma obra da OAS, que assumiu o empreendimento em 2009 após uma crise financeira da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop) — entidade que começou a tocar o empreendimento. A Bancoop foi presidida por João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT investigado pela Lava Jato.

Lula tinha uma cota da cooperativa que lhe dava direito a um apartamento no Solaris. Ao disputar a reeleição em 2006, Lula informou à Justiça Eleitoral ter pago à Bancoop R\$ 47.695,38 pelo apartamento. Corretores locais dizem que o imóvel vale R\$ 1,5 milhão. A ex-primeira-dama Marisa Letícia chegou a decorar triplex. Mas oficialmente o ex-presidente não é o proprietário do apartamento, pois nunca o registrou em seu nome. Ele teria desistido do negócio após a repercussão negativa de reportagens sobre o apartamento. Mas Lula também não oficializou a desistência da compra.

“O condomínio inteiro está em investigação pela origem dele ter sido a Bancoop, pela transferência do empreendimento para a OAS — investigada, com seus diretores com condenação na Lava Jato — e pela presença de figuras apontadas como destinatários de muitos recursos fruto de corrupção, como o Vaccari”, diz o delegado da PF Igor Romário de Paula. A família de Vaccari também seria proprietária de um apartamento no condomínio.

Apesar disso, a força-tarefa da Lava Jato garante que não está investigando nenhuma pessoa específica nessa nova fase da operação. “Em relação ao Conjunto Solaris nós estamos investigando todas as operações desses apartamentos. Nós não estamos verificando nenhuma pessoa em especial”, afirma o procurador Carlos Lima, do Ministério Público Federal (MPF).

Sobre o possível envolvimento do ex-presidente, os investigadores afirmam que isso poderá ser detalhado a partir da análise dos documentos apreendidos.

“Nós investigamos fatos. Se houver um apartamento lá que esteja em seu nome [de Lula] ou que ele tenha negociado, ou alguém de sua família, vai ser investigado como todos os outros”, garante Lima.

“Nós investigamos fatos. Se houver um apartamento lá que esteja em seu nome [de Lula] ou que ele tenha negociado, ou alguém de sua família, vai ser investigado.”

Carlos Lima, procurador do MPF

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

### OUTROLADO

Em nota, o Instituto Lula informou que o ex-presidente e sua mulher, Marisa Letícia, jamais ocultaram que têm a cota de um imóvel no condomínio Solaris. Mas afirmou que, para sua família ter “de fato e de direito” ao triplex, seria necessário o pagamento da diferença entre o valor da cota e o do imóvel. “A família do ex-presidente nunca exerceu esse direito. (...) Portanto, Lula não ocultou patrimônio, não recebeu favores, não fez nada ilegal”, diz a nota. AOAS não se pronunciou sobre o caso, apenas reclamou por meio de seu advogado da operação “espalhafatosa”. A Bancoop informou que, desde 2009, “não tem qualquer relação com o empreendimento.

### LINHA DE ATUAÇÃO

#### Amigo de Lula, Bumlai será prioridade da força-tarefa

Um dos focos que deve concentrar esforços dos investigadores da Lava Jato nos próximos meses é o envolvimento do pecuarista José Carlos Bumlai no esquema de corrupção investigado pela operação. Bumlai, preso desde novembro, é amigo do ex-presidente Lula. Segundo o delegado da Polícia Federal Igor

Romário de Paula, que

atua na força-tarefa

da Lava Jato em

Curitiba, ainda há

muitas linhas de

investigação para

serem avaliadas a

partir da

colaboração

premiada feita

pelos donos do

grupo Schahin,

que levou a prisão

de Bumlai. “A gente

não tem ainda a

exata noção

da extensão

de influência do Bumlai dentro das instituições [públicas]”, diz Igor de Paula. “Se ele teve esse poder de influência nos negócios de uma construtora como a Schahin, ele pode ter atuado em outras áreas. Isso está sendo destrinchado aos poucos”, explica o delegado. Para avançar nas investigações, a PF aguarda a cooperação de outros países em relação a movimentação bancária do pecuarista. De acordo com as investigações, a contratação da Schahin para o aluguel da Sonda Victoria 10000 pela Petrobras foi uma forma de pagar um empréstimo de R\$ 12 milhões tomado por Bumlai em 2004 do Banco Schahin. O empréstimo, segundo os investigadores, nunca foi pago e teve a influência direta de ex-tesoureiros do PT e do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Uma operação fictícia de doação de “embriões de gado” para agropecuárias do grupo Schahin teria sido a forma de simular a quitação do empréstimo. A força-tarefa suspeita que o dinheiro teria abastecido os cofres do PT e de campanhas, entre elas a reeleição de Lula, em 2006. (KK)

### POSIÇÃO DA PF

#### “A gente trabalha com provas, tem de se manter fora da discussão política”

Para o delegado da Polícia Federal (PF) Igor Romário de Paula, é natural que parte da população faça uma certa pressão para que Lula seja responsabilizado pelo escândalo na Petrobras. “Acho que é natural esse tipo de crítica porque muitas das coisas que estão sendo apuradas começaram ou se desenvolveram na época do governo do ex-presidente, mas isso não quer dizer que isso tudo começou em 2002 e que isso não aconteça em outros locais onde os governos estaduais, por exemplo, são da oposição ao governo

federal”, pondera Igor de Paula. O embate político pelo qual passa o país, na opinião de Igor de Paula, pode estar criando em Lula um símbolo. “O ex-presidente é um símbolo da situação hoje e todo mundo fala que ele não pode alegar de novo que não sabia de nada, mas a gente trabalha com provas, tem que tentar se manter fora dessa discussão também para o discurso político não comprometer.” Para ele, é preciso tomar cuidado para não atropelar as investigações fazendo o uso indiscriminado de medidas como buscas e prisões. “Se em determinado momento a gente começar a fazer isso e elas [as medidas] não tiverem sustentação, a operação cai em descrédito.” (KK)

# GAZETA DO POVO

## Lula cada vez mais cercado

28 JAN 2016

**N**o mesmo dia em que um relatório da Transparência Internacional mostra o Brasil em 76.º lugar no ranking de percepção da corrupção, a Operação Lava Jato deflagrou sua 22.ª fase, cumprindo seis mandados de prisão temporária, dois de condução coercitiva e 15 de busca e apreensão. Esta nova etapa da operação vai fechando o cerco sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e deve causar mais desconforto ao PT.

A força-tarefa da Lava Jato suspeita que apartamentos de luxo podem ter sido repassados como forma de pagamento de propina, por meio de manobras financeiras e comerciais envolvendo a empreiteira OAS, a cooperativa Bancoop — que já foi presidida pelo ex-tesoureiro do PT João Vacari Neto — e o PT. Entre os oito apartamentos investigados, “com alto grau de suspeita”, está um triplex ligado ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Até o momento, segundo os investigadores, não há provas materiais contra o ex-presidente. Mas a situação pode mudar quando os investigadores se debruçarem sobre os documentos apreendidos nesta nova fase.

Toda essa situação tem tirado Lula do normal estado de equilíbrio. No fim de semana, seus advogados disseram estar estudando medidas judiciais contra o promotor paulista Cassio Conserino, que investiga o triplex ligado ao ex-presidente no Guarujá (litoral paulista) e que disse ter indícios suficientes para apresentar denúncia contra Lula por lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio.

Curiosamente, na semana passada, Lula recebeu blogueiros chapa-branca no instituto que leva seu nome para uma entrevista que mais parecia uma defesa antecipada. Disse que iria processar todos aqueles que, em seu entendimento, o estão difamando. Mas foi além. O ex-presidente praticamente canonizou a si próprio, cascateando não haver “uma viva alma mais honesta” que ele no país. O discurso de Lula parecia incompreensível. Mas, lido agora, em retrospecto, começa a fazer sentido.

Passa a ser compreensível também outra declaração de Lula na ocasião. Numa crítica à Lava Jato, teve o disparate de afirmar que hoje a violação de direitos humanos seria muito pior que na ditadura. Diferentemente do que declara Lula, as descobertas feitas pela força-tarefa da Lava Jato têm sido cruciais para romper com o sistema corrupto que seu partido ajudou a consolidar. Foi inclusive o escândalo da Petrobras que fez o Brasil cair sete postos no ranking de percepção de corrupção que inclui 168 países e foi divulgado na quarta-feira pela Transparência Internacional. Nesse sentido, a queda do país no ranking não é uma má notícia, e sim um ponto de ruptura no combate à corrupção e na forma como o aparato judicial se comporta perante ela.

As críticas do ex-presidente aos procedimentos usados pela força-tarefa em nada têm relação com a defesa de valores republicanos e democráticos. Lula se mostra mais preocupado em desqualificar investigações contra si e contra companheiros — numa tentativa já exaurida de manter sobre si uma aura de santidade e, sobre PT, o papel de vítima — que com a defesa do Estado Democrático de Direito.

**Lula se mostra mais preocupado em desqualificar investigações contra si e contra companheiros que com a defesa do Estado Democrático de Direito**

28 JAN 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



28 JAN 2016

## TRIBUNA DO PARANÁ

### **GASTOS**

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) gasta mais de R\$ 2,8 milhões por ano para manter os 104 garçons e garçonetes que atendem os magistrados e dirigentes das unidades do poder judiciário estadual em Curitiba, conforme os dados disponíveis no Diário de Justiça. Os números aparecem no Diário Oficial do último dia 21, em que o presidente Paulo Roberto Vasconcelos autoriza o remanejamento de alguns funcionários para novas sedes ou por necessidade de serviços. O contrato dos 104 garçons foi efetivado em 2014 e tem um custo de R\$ 235.743,12 mensais ao Tribunal.

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **Gastos com garçons**

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (Sindijus/PR), divulgou ontem nota criticando edital lançado pelo Tribunal de Justiça, que prevê gasto de R\$ 10 milhões com a contratação de empresa para fornecimento de lanches, além de serviços de garçom para atuarem nos fóruns de Curitiba.

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Gaeco denuncia Recalcatti

Diego Ribeiro

O delegado Rubens Recalcatti, sete investigadores da sua equipe e Mauro Sidnei do Rosário foram denunciados pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e pela promotoria de Rio Branco do Sul pelos crimes de homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, crueldade e sem chance de defesa da vítima), abuso de autoridade e fraude processual. A denúncia foi protocolada ontem e conclui a investigação sobre a morte de Ricardo Geffer, em 28 abril, em Rio Branco do Sul. Todos os acusados, segundo o texto dos promotores, tiveram participação direta no dia do crime. Alguns deles, no entanto, não haviam sido identificados no começo das investigações, pois estavam usando balaclava (máscara pra preservar a identidade).

De acordo com o Ministério Público (MP), os policiais executaram Geffer em razão de o acusarem, sem provas até

o momento, de assassinar o ex-prefeito de Rio Branco do Sul, João Dirceu Nazzari, o “João da Brascal”, algumas semanas antes. Mauro, que não é policial, também suspeitava que Geffer teria atirado contra ele e contra sua esposa, um mês antes da suposta execução.

“(...) o denunciado Mauro Sidnei do Rosário procurou o denunciado Rubens Recalcatti, e prestou declarações por escrito, atribuindo a autoria da morte do “João da Brascal” a uma quadrilha integrada, entre outros, por Ricardo Geffer”, descreveu o texto da denúncia.

De acordo com os promotores, assim que obteve as informações de Rosário, o delegado reuniu vários policiais para “caçar” Geffer.

Os promotores sustentam que, em data não precisa, mas após o dia 12 de abril, invadiram residências, portando armas de grosso calibre, e de forma ameaçadora, questionando supostas vítimas sobre o paradeiro de Geffer, realizando buscas ilegais nos locais.

## MP fala em execução

Segundo a denúncia do MP, Recalcatti, Mauro e os sete investigadores foram até a propriedade rural, em Rio Branco do Sul, em 28 de abril. “Os denunciados efetuaram diversos disparos de arma de fogo, tendo a vítima, então, tentado sair correndo pra parte de trás do imóvel, mas desistiu assim que os denunciados se identificaram como policiais”, descreveram os promotores. Assim que perceberam cinco testemunhas, os policiais teriam retirado elas do local

algemadas. Rosário, então, segundo os promotores, desferiu um tiro na genitália da vítima. Em seguida, o delegado teria chutado o rosto de Geffer, o chamando de valentão. Rosário mais uma vez atirou contra Geffer, desta vez na barriga. Os policiais teriam deslocado Geffer pra um local menos à vista. De acordo com a denúncia, a vítima foi mais uma vez alvejada pelos policiais. Enquanto agonizava, foi colocada em um veículo onde teria havido um tiro final. (DR)

28 JAN 2016

## DEFESA NEGA

O advogado do delegado Recalcatti e dos sete investigadores, Cláudio Dalledone Jr., afirmou que os fatos narrados na denúncia da promotoria de Rio Branco do Sul e pelos promotores do Gaeco nunca existiram. De acordo com o defensor, os policiais agiram no cumprimento do dever e em legítima defesa. Acusou o Gaeco de carregar hostilidade no texto. “Esta denúncia não resiste ao contraditório e sequer tem força pra iniciar um processo criminal, pois falta justa causa. Está carregada de hostilidade, não contra os policiais, mas contra a Polícia do Paraná, o que tem sido nota distintiva do Gaeco quando investiga policiais”, afirmou. Segundo ele, o caso sequer merece ser processado na Justiça. “É uma opinião da promotora de Rio Branco, coadjuvada pelos promotores do Gaeco. Não existe indício de execução”, disse. O advogado de Mauro Sidnei do Rosário, Dival Carvalho Gomes, foi procurado, mas afirmou que, como ainda não teve conhecimento integral da denúncia, prefere não se manifestar por hora. (DR)

28 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

# VETO POLÊMICO

Proibição de entrada de adolescentes em shopping tem causado reações variadas

Luisa Nucada

luisa@tribunado paraná.com.br

**E**stá dando o que falar o caso do Shopping Palladium, que conseguiu uma liminar para impedir a entrada de menores de idade sem companhia dos responsáveis aos domingos, após tumulto ocorrido no último dia 10, quando o estabelecimento teria sido palco de uma briga de gangues.

De um lado, lojistas, funcionários e clientes reivindicam segurança e tranquilidade. Do outro, adolescentes se sentem discriminados por não ter acesso ao local. Especialistas são unânimes ao dizer que a questão é complicada. Mas como fica esse conflito, se a Constituição Federal protege tanto direitos individuais, como o de ir e vir, quanto a propriedade privada?

A professora de Direito Constitucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Estefânia Maria de Queiroz Barboza afirma que nenhum direito protegido pela Constituição é absoluto, e cabe ao juiz em questão avaliar quando o exercício de um está ultrapassando os limites do outro. “Nesse caso em concreto, me parece que o magistrado entendeu que havia ameaça de violência, e decidiu por proteger o patrimônio, os seguranças e os próprios menores”, opina.

Para ela, o shopping está resguardado se barrar todos os menores desacompanhados, e não apenas os que aparentarem ser da periferia. “Em 2008, o Palladium estava impedindo a entrada de adolescentes com roupas de hip hop, sem medida judicial, presumindo apenas pela vestimenta que eles iriam tumultuar”, relembra ela, frisando que essa atuação era discriminatória e inconstitucional. No caso atual, afirma Estefânia, o shopping pode ser alvo de investigação caso alguém se sinta lesado e denuncie ao Ministério Público.

Em nota, o Palladium garante que “está tomando as medidas necessárias para garantir a segurança das pessoas que transitam pelo shopping”.

**CONTINUA**

## COTAS

**O** Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou com uma ação declaratória de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para que a Corte referende a lei, de 2014, que instituiu cota para negros no serviço público federal. De acordo com a legislação, 20% das vagas devem ser preenchidas por quem se autodeclarar negro.

## Bons pagam pelos maus

Na visão da presidente da Comissão de Direito de Família da Ordem dos Advogados do Brasil seção Paraná (OAB/PR), Adriana Hapner, o shopping age de forma correta e necessária, já que as atitudes dos jovens estavam comprometendo não só a atividade à qual o estabelecimento se propõe, como também a integridade física de lojistas e funcionários. “Deve haver, sim, medidas restritivas de frequência a lugares abertos ao público quando há risco para a coletividade”, diz.

Quanto aos adolescentes

sem intuito de badernar que podem ser barrados, Adriana afirma que, infelizmente, os bons pagam pelos maus. “Até que os autores dos delitos sejam identificados, a medida terá que ser feita de forma ampla”.

### CRITÉRIO CORRETO

Segundo ela, o critério de seleção pela idade seria o mais indicado, já que menores não podem ser legalmente punidos por atos criminosos. Acompanhados por um adulto, estariam sob cuidados de um responsável. (LN)

## -LEGISLAÇÃO-

De acordo com o artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em vigor desde 1990, a criança e o adolescente têm direito à liberdade de “ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais”, e de “participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação”.

## O perigo da discriminação

O risco dessa medida, alerta o professor de Ciências Sociais da UFPR e coordenador geral do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos, Pedro Bodê, é que a administração do shopping restrinja o acesso somente a jovens pobres ou negros. “O critério de idade pega todo mundo. Quem fez isso [arruaça] foram jovens menores de idade que não podem ser responsabilizados pelo dano, então, os

pais tem que estar juntos. Isso é um argumento minimamente razoável. Mas tem que haver um cuidado para não virar uma seleção pela classe social ou pela raça”, pondera.

Ele chama atenção ainda para o fato de que a discriminação social e racial provocaria impactos negativos nos jovens barrados, produzindo sentimentos de revolta e ressentimento, o que poderia gerar mais violência. (LN)

## Crise na família influencia

De acordo com o sociólogo e professor da pós-graduação em Educação e Direitos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Lindomar Wessler Boneti, uma juventude abandonada pela família seria a causa das situações de tumulto e violência vistas no shopping e em outras situações semelhantes.

“Isso significa que esses me-

nores não estão tendo acompanhamento nem o mínimo direcionamento familiar, e que eles acabam encontrando laços afetivos e de relações com outros da mesma idade, e vão à procura de aventura”.

### SEM EXCLUSIVIDADE

O sociólogo acrescenta que essa rebeldia não é exclusividade de jovens da periferia. “In-

dependentemente da condição de classe, o adolescente passa por um momento de angústia por descobertas, por relações novas, e isso é normal”, explica. E ainda completa: “Tem famílias que conseguem administrar esse conflito próprio da adolescência e fazer com que essa energia toda seja canalizada positivamente; outras, não”. (LN)

28 JAN 2016

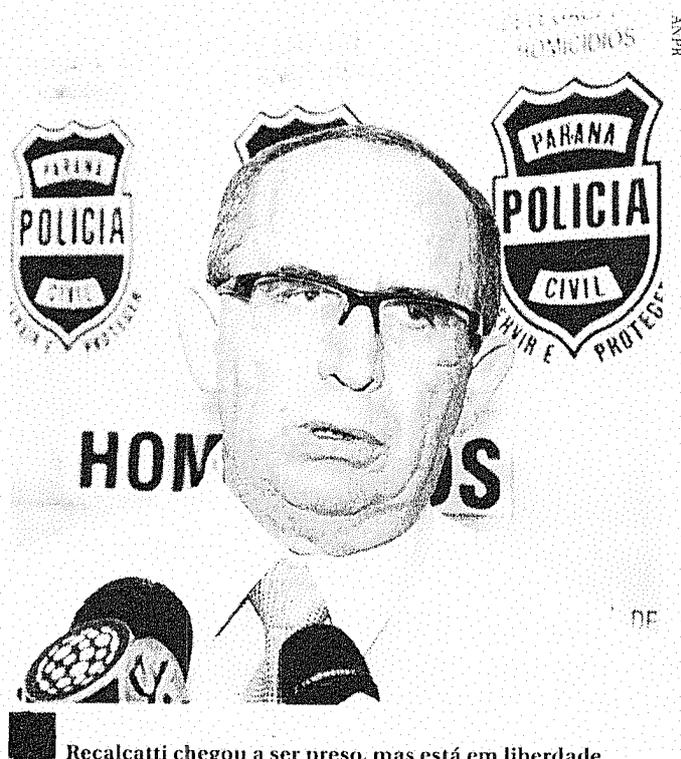
## JORNAL DO ÔNIBUS

# Delegado Recalcatti é denunciado pelo Gaeco Policial é acusado de participar de execução de suspeito



O delegado Rubens Recalcatti foi denunciado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Ele e outros sete policiais são suspeitos de homicídio de um homem em Rio Branco do Sul.

O delegado chegou a ser preso na Operação Aquiles, realizada pelo Ministério Público acusado de estar envolvido na morte de Ricardo Geffer. Geffer era suspeito de ter assassinado o ex-prefeito de Rio Branco do Sul João da Brasçal, que é primo de Recalcatti. ■



O delegado chegou a ser preso na Operação Aquiles, realizada pelo Ministério Público acusado de estar envolvido na morte de Ricardo Geffer. Geffer era suspeito de ter assassinado o ex-prefeito de Rio Branco do Sul João da Brasçal, que é primo de Recalcatti.

Recalcatti chegou a ser preso, mas está em liberdade

### Liberdade negada

O ex-deputado federal pela Bahia Luiz Argôlo (ex-SD) teve a liberdade negada nesta quarta-feira (27) pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), com sede em Porto Alegre. O político, que está preso no Paraná, foi condenado a 11 anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro na Operação Lava Jato.

28 JAN 2016

## BEMPARANÁ

### crime

### Rubens Recalcatti é denunciado pelo Gaeco

O delegado Rubens Recalcatti foi denunciado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Ele e outros sete policiais são suspeitos de homicídio de um homem em Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, ocorrida no ano passado.

O delegado chegou a ser preso na Operação Aquiles, realizada pelo Ministério Público acusado de estar envolvido na morte de Ricardo Geffer.

Geffer era suspeito de ter assassinado o ex-prefeito de Rio Branco do Sul João da Brascal, que é primo de Recalcatti.

### Gaeco faz operação em empresa de ônibus

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, do Distrito Federal, em operação conjunta com o Gaeco do Paraná, cumpriu mandados de busca e apreensão na empresa Auto Viação Marechal, que integra o Consórcio Pontual, e presta serviços ao Sistema Integrado de Transporte de Curitiba. A empresa faz parte do consórcio que venceu a licitação para o transporte público do Distrito

Federal, realizada em 2011. O certame foi alvo de ações judiciais e de uma CPI na Câmara Legislativa, por suposto direcionamento para favorecer algumas empresas. Os vencedores foram a Viação Piracicabana, a Viação Pioneira, Expresso São José (todas de Brasília), a Auto Viação Marechal, do Paraná, e o consórcio formado pela HP Transportes Coletivos e a Ita Empresa de Transportes, de Goiás.

### Fantasma

O ex-prefeito de Londrina, Barbosa Neto (PDT) está sendo investigado pelo Ministério Público Federal por conta da denúncia de seu ex-assessor Luciano Ribeiro Lopes. Na denúncia consta que Barbosa mantinha funcionários fantasmas em seu gabinete na Câmara dos Deputados, em Brasília, quando deputado federal. Uma das contratações investigadas é de Maria Regina Pedriali Franco, que teria entrado no esquema para poder receber parte do pagamento do negócio da mansão do ex-prefeito no Jardim Bela Suíça. Ela já prestou depoimento na Polícia Federal para dar explicações. Segundo a denúncia, esta teria sido a maneira encontrada por Barbosa Neto para pagar as parcelas mensais à família que vendeu o imóvel no bairro nobre da cidade.

## **Tribunal de Justiça do Paraná vai gastar R\$ 250 mil por mês com garçons**

Funcionários do Poder Judiciário representados pelo Sindijus divulgaram uma nota de repúdio à decisão do Tribunal de Justiça do Paraná em contratar 104 garçons para trabalhar em fóruns do estado. A contratação foi publicada no Diário da Justiça do último dia 21 por meio de um contrato com uma empresa terceirizada.

Os profissionais vão atuar em unidades administrativas e judiciárias das Comarcas de Curitiba e Região Metropolitana. O custo com os garçons e com o lanche dos magistrados chega a R\$ 250 mil reais por mês e, ao fim do contrato, pode passar dos R\$ 9 milhões de reais. O presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindijus), José Pereira, reclama que os recursos do TJ estão sendo mal utilizados.

Em entrevista a Bandnews Curitiba, Pereira afirmou que “a administração do Tribunal de

Justiça vai na contramão da realidade do estado e do país. Enquanto se fala em contingenciamento de despesas, redução de gastos, eles aumentam os gastos e ainda com questões que, a nosso ver não é prioridade no judiciário, no momento”.

Ele disse ainda que há uma previsão de apagão na justiça de segundo grau devido a falta de servidores. Muitos estão se aposentando e o tribunal não chama os que foram aprovados em concursos por falta de recursos. Isso sem falar a falta de servidores generalizada na justiça de primeiro grau.

Segundo o presidente do Sindijus, “no interior, servidores trabalham em ambientes totalmente insalubres, com dificuldades, altas temperaturas, em prédios rachados com infiltração, mofo, além da falta de servidores e de equipamentos também”.

Em licitação, o Tribunal de Justiça contratou uma panificadora para fornecer o lanche dos magistrados. Por mês, está prevista a entrega de 7 mil sanduíches e até 600 litros de

**CONTINUAÇÃO** **Paraná Portal** **28 JAN 2016**

refrigerante. O custo total do contrato passa dos R\$ 43 mil. O Tribunal de Justiça do Paraná foi procurado, mas não enviou nenhuma resposta a respeito da contratação dos garçons e dos gastos com os alimentos.

28 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

# Delator cita secretário de Alckmin em esquema de fraude na merenda

Ex-presidente de cooperativa diz que Duarte Nogueira (Transportes) recebia parte de propina

**Em evento, governador tucano pediu apuração rápida; presente no mesmo ato, citado não se pronunciou**

Delator na Operação Alba Branca, o ex-presidente da Coaf (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar) Cássio Izaque Chebabi citou o secretário Duarte Nogueira (Logística e Transportes), do governo Geraldo Alckmin (PSDB), como beneficiário do esquema de propina em merenda.

A investigação averigua esquema pelo qual a cooperativa pagava propina em troca de contratos de merenda escolar —o superfaturamento chegava a 30% dos contratos.

A informação sobre Duarte Nogueira foi publicada nesta quarta-feira (27) pelo jornal "O Estado de S. Paulo" e confirmada pela **Folha**.

Único delator na operação até agora, Chebabi citou Duarte Nogueira em seu primeiro depoimento. Ele falou a promotores por seis horas, na quinta da semana passada. Outro envolvido no esquema também negocia delação, segundo a **Folha** apurou.

Investigadores que atuam na apuração têm indícios de que a fraude tinha ramos em órgãos do governo Alckmin, como as secretarias de Educação e de Agricultura.

Por enquanto, 22 contratos da cooperativa com municípios paulistas são apontados como parte do esquema. A investigação, no entanto, ampliará a apuração para contratos em outras cidades.

Em evento no interior, em Buritama (SP), Alckmin pediu agilidade nas apurações da Operação Alba Branca.

"Transparência total, investigação total. É o dever de qualquer governante: se há uma denúncia, apurar com profundidade, fazer justiça e fazer rápido, porque você coloca em risco uma honorabilidade de pessoas que são sérias", disse o governador.

"Portanto, precisa esclarecer isso o mais rápido possível", concluiu o governador.

Ao lado de Alckmin, Duarte Nogueira esteve no evento, mas não falou sobre as investigações ou sobre a delação que menciona seu nome.

## CAPEZ

Outro tucano citado em depoimentos foi o presidente da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), Fernando Capez. Em sua delação, Chebabi disse que assessores do tucano coletavam dinheiro fruto de propina da merenda.

Em depoimento à Polícia Civil, Adriano Gibertoni Mauro, prestador de serviço da Coaf, afirmou que Capez intermediou um contrato com a Secretaria de Educação do

Estado. "Até onde o declarante sabia, o deputado estadual Fernando Capez recebia parte das comissões pagas para Marcel", registra o relatório.

## >OUTROLADO<

### Tucanos negam envolvimento com o esquema

Em nota, o secretário paulista de Logística e Transportes, Duarte Nogueira, afirmou ver com "indignação e estarrecimento" a citação de seu nome em depoimento da Operação Alba Branca.

"A acusação é absolutamente irresponsável e leviana. Não conheço Coaf, não conheço Cássio Chebabi e não conheço nenhum gestor dessa cooperativa", afirmou.

Ele acrescentou, ainda, que avalia uma ação por calúnia e difamação contra o ex-presidente da cooperativa que o citou em delação, Cássio Izaque Chebabi. No texto, Duarte Nogueira diz que pedirá uma acareação.

O presidente da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), Fernando Capez (PSDB), afirmou por meio de nota repudiar "com veemência a ligação de seu nome ao escândalo Alba Branca".

Ao negar a propina, o tucano classificou a fraude como "sórdida". Ele disse ainda que aguardará os termos de delações para comentar.

28 JAN 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **JUIZ NEGA PEDIDO PARA ENVIAR AÇÃO DA ZELOTES AO SUPREMO E TRIBUNAL FEDERAL**

O juiz Vallisney de Souza Oliveira, titular da 10ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, decidiu ontem manter a ação penal decorrente da Operação Zelotes em primeira instância, ao negar pedido feito por advogados dos réus para enviar o processo ao STF. A defesa dos réus havia feito o pedido com base em informações divulgadas pela imprensa de que haveria, nos autos, citações de suposto pagamento de propina envolvendo parlamentares. "É o Supremo que decide quando há parlamentar no meio", justificou Luiz Alexandre Rassi, advogado de Fernando Mesquita e Francisco Mirto.